

Há actualmente mais de 150 países de todo o mundo que incluem diferentes formas de Direito Ambiental nas suas Constituições, diz Ben Boer. A China não é um deles, mas, segundo o professor emérito da Universidade de Sidney, está “na direcção certa”. Sobre a Cimeira de Acção do Clima, da ONU, o académico refere que as metas de redução das emissões de gases poluentes deviam ser mais ambiciosas.

ANDRÉ VINAGRE
ANDREVINAGRE.PONTOFINAL@GMAIL.COM

China ainda não contempla direito ambiental na Constituição, mas vai “na direcção certa”



EPA

em 2030, a data em que é realizada uma primeira revisão. A China, por sua vez, não anunciou medidas neste sentido. Em 2017, a China comprometeu-se na redução das emissões de carbono em 18% até 2020.

Ben Boer assume não ter tido oportunidade de se informar sobre as conclusões da cimeira da ONU devido à viagem para Macau, mas acaba por dizer que “as metas ambiciosas que a ONU quer aplicar na redução da emissão de gases são absolutamente necessárias”.

O professor afirma mesmo que “gostava que as metas fossem mais ambiciosas e que as taxas de redução fossem colocadas mais altas” para “reduzir os gases de efeito estufa num período de tempo mais curto”. Ben Boer cita o secretário-geral da ONU e diz: “Esta é uma luta que nós podemos ganhar, esta é uma corrida que nós temos de ganhar”. Caso contrário, “o efeito das alterações climáticas vai ser devastador e já está a ser em algumas zonas” e, para além disso, “vamos verificar uma perda da diversidade biológica, que também já está a acontecer”.

Ben Boer, professor emérito da Universidade de Sidney que esteve em Macau a propósito do Seminário Jean Monnet sobre “Direito a um Ambiente Sustentável, Limpo e Saudável”, descreveu ao PONTO FINAL a situação actual na China no que diz respeito à legislação ambiental. Segundo o australiano, mesmo que a China não esteja entre os 150 países que contemplam o direito ambiental nas suas Constituições, o conceito de “civilização ecológica” é um bom princípio. Contudo, em Nova Iorque, na Cimeira de Acção do Clima, a China não se comprometeu com novas metas de redução de emissões de carbono.

O convidado para falar sobre direito ambiental no Seminário Jean Monnet, Ben Boer, além de professor de Direito na Universidade de Sidney, na Austrália, trabalhou também na China, na Wuhan University Law School, na província de Hubei. Além disso, faz parte, desde 2016, da Academia de Direito Australiana e é membro do Conselho Internacional de direito ambiental, em Genebra, na Suíça.

O professor confessa desconhecer a realidade de Macau no âmbito do direito ambiental, mas sobre a China constata que “neste momento não existe o reco-

nhcimento deste género de direito ambiental dentro da Constituição chinesa, nem é reconhecida na legislação”. Segundo o australiano, são mais de 150 países aqueles que têm na sua Constituição referências ao direito ambiental. Ainda assim, o docente nota que Xi Jinping tem introduzido o conceito de “civilização ecológica”, “uma aplicação mais profunda da ideia de um desenvolvimento sustentável”.

“A ideia de uma civilização ecológica na China tem como objectivo influenciar as decisões que tenham a ver com o ambiente e com a exploração de recursos naturais de maneira ambientalmente mais satisfatória”, explica, acrescentando que “assim, na aplicação da lei em casos destes, os tribunais devem, pelo menos na teoria, ter em conta o significado deste conceito”. Com o conceito de “civilização ecológica”, “a China está a ir na direcção certa e pode ser que no futuro vejamos esse tipo de direito ser incluído na Constituição”, aponta Ben Boer, ressaltando que isso não acontecerá num futuro próximo.

A IMPORTÂNCIA DA CONSTITUIÇÃO

Na conferência dada na Universidade de Macau, na semana passada, Ben Boer

clamou pela presença do direito ambiental na legislação dos países. “Mais de 150 países incluem algum tipo de forma de direito ambiental dentro das suas Leis Básicas ou dentro das suas Constituições”, diz, sugerindo acção por parte das Nações Unidas. “A assembleia-geral das Nações Unidas talvez devesse fazer algum tipo de declaração”, refere.

Então, qual a importância de ver plasmado nas constituições o direito ambiental? “Se está escrito na Constituição, então as pessoas podem apresentar acções em caso de quebra da Constituição, dependendo de como esse direito ambiental constar na lei”, responde. “Se estiver na legislação, então poderá atingir um maior nível de importância na medida em que as autoridades terão de seguir a legislação, quer no que diga respeito à construção de uma barragem, em operações florestais, na aprovação de minas de carvão ou na aprovação de recursos de energias renováveis, como painéis solares, por exemplo”, indica Ben Boer.

“É UMA CORRIDA QUE NÓS TEMOS DE GANHAR”

Na Cimeira de Acção do Clima, das Nações Unidas, que aconteceu na passa-

da segunda-feira em Nova Iorque, António Guterres tinha pedido propostas concretas aos países. Cerca de

70 países prometeram actualizar os seus planos de redução das emissões de carbono para perto dos 50%

BNU
Banco Nacional Ultramarino
大西洋銀行

Felicitamos a
República Popular da China
Pela Passagem do Seu 70º Aniversário

Tel: 2835 5111 Av. Almeida Ribeiro 22, P.O. BOX 465 - Macau

PUB